



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do Processo - SISLOG
109229

Número do Processo - SEI
202400005033365

Em conformidade com a Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e com o Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023, o Termo de Referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços comuns, destinado a identificar as especificações do objeto e as condições da contratação e execução, devendo conter os elementos mínimos previstos na legislação.

O Termo de Referência deve ser elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

O Termo de Referência deverá ser elaborado, obrigatoriamente, nas contratações de bens e serviços comuns, inclusive serviços comuns de engenharia, independente da forma de seleção do fornecedor, seja por licitação ou por contratação direta.

Este Termo de Referência foi elaborado utilizando o modelo-padrão do Sistema de Logística de Goiás - Sislog.

Tópico 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

| | |
|-------------------------------|--|
| 1.1. Dados do Processo | Número do Processo Administrativo no Sei 202400005033365 |
|-------------------------------|--|

| | |
|------------------------------------|---|
| 1.2. Adequação Orçamentária | A presente contratação será autorizada pelo Ordenador de Despesas, com a respectiva indicação orçamentária, nos termos do Decreto estadual nº 10.207, de 27 de janeiro de 2023. |
|------------------------------------|---|

Tópico 2 - DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

| | |
|---|---|
| 2.1. Dados do processo | Prestação de Serviços |
| 2.2. Adequação Orçamentária | Prestação de Serviços |
| 2.3. Descrição resumida do objeto | Prestação de Serviços - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de avisos de editais de licitações e de outras matérias em jornal de grande circulação no Estado de Goiás, inclusive na internet, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento aos órgãos e às entidades do Poder Executivo. |
| 2.4. Regime de fornecimento de bens ou serviços | Prestação de Serviços de forma parcelada, sob demanda, nos termos do Cronograma constante neste TR (se aplicável). |
| 2.5. Natureza da execução do objeto | Prestação de Serviços: continuada |
| 2.6. Característica do objeto | Comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. |
| 2.7. Modalidade | Pregão |
| 2.8. Critério de Julgamento | Menor Preço |
| 2.9. Forma de adjudicação | Por Item |
| 2.10. Participação de empresas reunidas em consórcio | Conforme subitens 10.20 deste Termo de Referência. |
| 2.11. Prazo de validade das propostas | 90 dias |
| 2.12. Instrumento Contratual | A presente contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato. |
| 2.13. Prazo de vigência contratual | O prazo de vigência contratual é de 12 meses, contados imediatamente após a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do Título III, Capítulo V, da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. A minuta de Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação. |
| 2.14. Adesão à Ata de Registro de Preços - ARP | Serão permitidas adesões à futura Ata de Registro de Preços - ARP, nos termos do art. 56 da IN SEAD nº 001/2024, justificadas no Estudo Técnico Preliminar - ETP nos tópicos 2.8 a 2.11 da seção 2. |

Tópico 3 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

3.1. Os valores referenciais estimados da contratação abaixo discriminados, unitários e totais, aferidos conforme ampla pesquisa de mercado, serão custeados com recursos oriundos do orçamento geral do Poder Executivo estadual. Além disso, a pesquisa de preços ora apresentada foi realizada pela área técnica com o apoio da equipe de licitações e contratos, cujos membros estão identificados neste TR, e o assinam, confirmando seu inteiro teor, em respeito ao princípio da segregação de funções, insculpido no caput do art. 5º da Lei federal nº 14.133/2021:

| | |
|---|---|
| Descrição do item 001 Código 31 - Serviço de Publicação em Jornal - Publicidade Legal, em cm x col, versão impressa, abrangência local. | |
| Informações Adicionais Versão impressa e digital | |
| Período (Meses) | 12 |
| Quantidade | 72752 |
| Unidade | centimetro |
| Participação | Ampla Participação |
| Local de Entrega | conforme informado pelo órgão / entidade participante do registro de preços |
| Diferença Mínima | R\$ 0,01 |
| Valor Unitário | R\$ 5,62 |
| Valor Total | R\$ 408.866,24 |

3.2. Preço Total Estimado: não sigiloso - **R\$ 408.866,24 (Quatrocentos e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos).**

3.3. O preço total estimado da contratação fundamenta-se conforme pesquisa de preços realizada em conformidade com o Decreto estadual nº 9.900, de 07 de julho de 2021.

3.4. Os preços estimados especificados neste Termo de Referência, unitários, totais e global, correspondem aos preços máximos nos quais o objeto poderá ser adjudicado. Não será admitida a adjudicação do objeto por preços (unitário e global) superiores aos especificados neste Termo de Referência.

Tópico 4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. O objeto contratado deverá atender às especificações e a descrição como um todo, abaixo apresentadas:

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de avisos de editais de licitações e de outras matérias em jornal de grande circulação no Estado de Goiás, inclusive na internet, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento aos órgãos e às entidades do Poder Executivo.

4.3. Considerando que o objeto contratado é de natureza continuada, a vigência do contrato é prorrogável nos termos da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. A minuta de Termo de Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4.4. Acrescenta-se que a Lei Estadual de Licitações nº 17.928/12, em seu artigo 2º, inciso XVI, define "jornal de grande circulação estadual" como aquele que possui tiragem diária e distribuição em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos municípios do estado, os quais devem representar, pelo menos, o mesmo percentual da população estadual.

Tópico 5 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação de Prestação de Serviços - Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de publicação de avisos de editais de licitações e de outras matérias em jornal de grande circulação no Estado de Goiás, inclusive na internet, pelo período de 12 (doze) meses, para atendimento aos órgãos e às entidades do Poder Executivo. está fundamentada nos termos do [ETP - Estudo Técnico Preliminar].

5.2. Em síntese, a contratação pretendida justifica-se pela necessidade de garantir o sucesso do processo licitatório. Uma contratação eficaz é aquela que, por meio da ampla participação de fornecedores, alcança as melhores condições de preço e qualidade na prestação do serviço. Assim, a ampla publicidade do processo licitatório torna-se fundamental para atrair o maior número possível de participantes

5.3. Além da busca pelo sucesso no processo licitatório, é fundamental destacar o princípio da publicidade, consagrado na Constituição Federal. Esse princípio assegura a transparência dos atos administrativos, garantindo que o processo licitatório seja amplamente divulgado, permitindo o controle social e a participação igualitária de todos os envolvidos. A publicidade não apenas fomenta a competitividade, mas também reforça a integridade e a legalidade dos procedimentos:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, **publicidade** e eficiência e, também, ao seguinte: (...)".

5.4. O artigo 54, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, também estabelece a obrigatoriedade de publicação do edital em jornal de grande circulação, conforme se pode observar na transcrição literal:

"Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação."

5.5. Ao longo da Lei nº 14.133/2021, encontram-se outras disposições relacionadas à publicação em jornais de grande circulação, como o artigo 175, § 2º:

"Art. 175. Sem prejuízo do disposto no art. 174 desta Lei, os entes federativos poderão instituir sítio eletrônico oficial para divulgação complementar e realização das respectivas contratações.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2023, os Municípios deverão realizar divulgação complementar de

suas contratações mediante publicação de extrato de edital de licitação em jornal diário de grande circulação local. "

5.6. Reforçando a relevância dessa exigência federal, a Lei Estadual de Licitações nº 17.928/12 também dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação em jornal de grande circulação, conforme descrito no capítulo sobre credenciamento, no artigo 31, inciso II:

"Art. 31. Na realização de credenciamento, a Administração deverá preservar a lisura, transparência e economicidade do procedimento e garantir tratamento isonômico aos interessados, com o acesso a qualquer um que preencha as exigências estabelecidas em regulamento, devendo instruir o respectivo processo com os seguintes elementos:

II – convocação dos interessados por meio da imprensa oficial, de jornal de grande circulação e, sempre que possível, por meio eletrônico;"

5.7. A exigência repetida da publicação em jornais de grande circulação reforça o princípio da publicidade, ampliando a concorrência e garantindo a participação de um maior número de interessados, garantindo a transparência e a lisura do processo licitatório.

5.8. Por fim, a presente contratação tem como objetivo garantir a manutenção da eficiência da divulgação dos avisos de licitação e demais documentos relevantes, essenciais ao fluxo de contratações das repartições do Poder Executivo do Estado de Goiás.

Tópico 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto da contratação deve seguir todos os requisitos e padrões regionais ou nacionalmente estabelecidos.

Das obrigações pertinentes à LGPD

6.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Da exigência de carta de solidariedade

6.8. A carta de solidariedade é um documento comumente utilizado em contratações públicas que envolvem a participação de consórcios ou de empresas que dependem de terceiros para a execução do objeto contratado. Trata-se de uma declaração formal por uma empresa ou entidade, assumindo responsabilidade solidária pelas obrigações contratuais da empresa principal ou do consórcio.

6.9. Dessa forma, a exigência de uma carta de solidariedade é considerada desnecessária neste caso, uma vez que a responsabilidade pela execução do contrato recai exclusivamente sobre a empresa contratada, não havendo participação de consórcios ou terceiros no cumprimento das obrigações contratuais.

Indicação de marcas ou modelos

6.10. A especificidade do objeto desta contratação não está vinculada à utilização de marcas ou modelos, mas sim à capacidade técnica e operacional da empresa contratada para realizar as publicações em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.11. Portanto, nesta contratação, não será permitida a indicação de marcas, características ou modelos específicos. Essa decisão reflete o compromisso com os princípios que regem as contratações públicas, em especial os princípios de isonomia, competitividade e impessoalidade, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

Exigência de Amostra

6.12. A exigência de amostras é mais apropriada para a contratação de bens materiais, nos quais é necessário verificar previamente a qualidade, adequação ou conformidade do produto. No caso de serviços, especialmente aqueles prestados de forma contínua, como a publicação de editais, a avaliação da qualidade pode ser feita ao longo do contrato, sem necessidade de uma amostra prévia.

6.13. A prestação de serviços de publicação de avisos de editais e outras matérias é objetiva e contínua, sendo sua qualidade e conformidade facilmente verificáveis por meio dos comprovantes de publicação (tanto impressos quanto digitais). Como o produto final é a própria publicação, a exigência de amostras torna-se desnecessária. A conformidade é verificada no ato da publicação, assegurando que o serviço seja executado conforme o contrato.

6.14. Em lugar da exigência de amostras, é mais relevante que a empresa comprove, na fase de habilitação, sua capacidade técnica e experiência em publicações em jornais de grande circulação. Isso pode ser demonstrado por meio de atestados de capacidade técnica ou outros documentos que comprovem serviços semelhantes já realizados.

6.15. Dessa forma, considerando que o serviço contratado envolve a publicação de informações de forma objetiva e facilmente verificável, a exigência de amostras se torna desnecessária.

Garantia da contratação

6.16. Para a presente contratação, a exigência de garantia prevista na Lei nº 14.133/2021 é dispensável, devido à baixa complexidade do objeto contratado, à previsibilidade de sua execução e à possibilidade de monitoramento eficiente por meio da comprovação documental das publicações realizadas. Além disso, os riscos associados ao descumprimento podem ser mitigados por cláusulas contratuais que prevejam avaliações determinadas.

6.17. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O objeto contratado deverá ser entregue ou prestado mediante o cumprimento das seguintes condições:

Prazo de entrega ou prestação de serviço:

7.1. O prazo máximo para a entrega do objeto ou prestação do serviço é de 1 (um) dia útil, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou Fornecimento, emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

7.1.1. Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do contrato.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo ou cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.2. Os textos a serem publicados serão enviados pela Administração, preferencialmente por meio eletrônico ou conforme outra forma previamente acordada entre as partes, à licitante vencedora.

7.3. As publicações deverão ocorrer no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir do recebimento do texto pela contratada, desde que o envio tenha ocorrido até as 17h (dezesete horas) do respectivo dia.

7.4. Caso não seja possível realizar a prestação do serviço na data estipulada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas **com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência** da data prevista para a entrega, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo possa ser analisado. Ressalvam-se as situações de caso fortuito ou força maior, que deverão ser comunicadas imediatamente após a sua ocorrência.

Local de entrega ou prestação de serviço:

7.5. A entrega do objeto ocorrerá por meio de publicação em jornal de grande circulação, sendo o exemplar físico fornecido somente mediante solicitação expressa do órgão.

Dinâmica da entrega ou prestação de serviço:

7.6. Os materiais recebidos devem ser publicados mediante solicitação escrita da Administração (por e-mail ou outro meio acordado), enviada até as 17:00 (dezesete horas) do dia útil anterior à veiculação. A solicitação deve conter matéria a ser veiculada em jornal diário de grande circulação, em preto e branco, no caderno de especialidades e em dias úteis.

7.7. O licitante vencedor deverá confirmar imediatamente a coleta da matéria solicitada e informar à Administração sobre as dimensões da publicação e o custo associado, em resposta ao e-mail ou à Ordem de Serviço que contém a solicitação da publicação. Essa confirmação deve observar o valor do centímetro por coluna (cm/col) contratada, além de incluir os dados previstos para a publicação.

7.8. A licitante vencedora é responsável pela publicação fidedigna do texto elaborado pela Administração, sendo vedadas modificações de qualquer natureza.

7.9. Os dados de publicação deverão ser informados à unidade solicitante da Administração no mesmo dia do envio dos pedidos de publicação de extratos ou avisos.

7.10. A empresa deverá disponibilizar, em até 1 (um) dia útil após a publicação, a página digitalizada (formato PDF) da matéria veiculada no jornal.

7.11. Para cada texto publicado, a licitante vencedora é obrigada a fornecer à Administração, solicitante da publicação, 1 (um) exemplar da edição do jornal do dia daquela publicação, sem custo adicional.

7.12. A licitante vencedora deverá emitir um relatório mensal dos serviços executados, contendo os dados da publicação, o número do aviso do edital e outras questões solicitadas, além de quaisquer informações necessárias para garantir a transparência e o controle do serviço prestado.

7.12.1. O relatório mensal deverá ser enviado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, independentemente do faturamento ou da emissão de notas fiscais, por e-mail, em PDF assinado digitalmente e também em planilhas de controle.

7.13. As publicações deverão obedecer às regras da legislação vigente.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.14. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7.14.1 De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as garantias legais e contratuais são mais aplicáveis a transações envolvendo bens. No caso de serviços, é suficiente garantir a conformidade com o contrato e a entrega adequada.

7.14.2 As publicações podem ser avaliadas em tempo real por meio da confirmação da veiculação, permitindo o monitoramento da qualidade do serviço na medida em que é prestado. Isso reduz a necessidade de garantias adicionais.

7.14.3 O fornecedor (a empresa contratada) é responsável por garantir que as publicações reflitam fielmente os textos fornecidos pela Administração. Qualquer falha nessa obrigação pode ser tratada diretamente no âmbito do contrato, sem necessidade de uma garantia específica.

7.14.4 Ao permitir a comunicação imediata sobre quaisquer problemas (como falta de entrega ou veiculação prejudicial), o contrato pode incluir cláusulas que assegurem a correção de falhas sem a exigência de uma garantia adicional.

Tópico 8 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Responsabilidade do Fornecedor

8.1. Não obstante o Fornecedor ser o único responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a Administração se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

8.2. O Fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

Comunicação

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Fornecedor serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no sistema SISLOG destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

Reunião inicial do contrato

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa Fornecedor para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Registro de Ocorrências

8.5. Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Gestão e fiscalização do contrato

8.6. O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

8.7. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes do Fornecedor, nos termos do art. 22 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

8.8. O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

Fiscalização Técnica

8.9. O Fiscal Técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

8.10. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

Fiscalização Administrativa

8.11. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas no art. 24 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

Verificação da manutenção das condições de habilitação do Fornecedor

8.12. O Fornecedor deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor, o Gestor deverá notificar o Fornecedor para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O objeto contratado sera recebido nas seguintes condições:

Recebimento do objeto

9.1. Os serviços serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade das especificações previstas na contratação

9.2. Definitivamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo Fiscal do Contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante Termo de Recebimento Definitivo, das condições exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.2.2. O Recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.2.3. Na hipótese de o recebimento definitivo não ser realizado no prazo fixado sem qualquer comunicação ao Fornecedor, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.

9.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade,

deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.2.5. O prazo para a solução, pelo Fornecedor, de inconsistências na execução do objeto, de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Prazo para correção de defeitos

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 dia útil, a contar da notificação do Fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. A matéria publicada com incorreções por culpa da licitante vencedora deverá ser republicada às suas expensas no dia posterior à data da comunicação, por e-mail.

Atesto da execução do objeto

9.5. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de atesto da execução do objeto, na forma deste Tópico, nos termos do art. 4º do Decreto estadual nº 9.561, de 21 de novembro de 2019. Caso as despesas decorrentes deste objeto estejam no limite do inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o órgão ou a entidade contratante terá o prazo de atesto reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação.

9.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.

9.7. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto perdurar pendência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

9.8. A nota fiscal ou fatura ainda deverá ser acompanhada pelos seguintes documentos:

9.8.1. Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.8.2. Certidão negativa de débitos junto às Fazendas Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio sede da Licitante vencedora;

9.8.3. Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros (CND);

9.8.4. Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS/CRF);

9.8.5. Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme exigido pela Lei nº 12.440/2011.

9.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR.

9.9.1. O Fornecedor que estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR deverá entregar juntamente

com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, os documentos que porventura estiverem vencidos para fins de atualização pelo CADFOR.

9.10. A equipe de fiscalização do contrato realizará consulta ao CADFOR, bem como no Cadastro de Inadimplentes – CADIN estadual, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

9.10.1. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o CADFOR, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato os documentos que porventura estiverem vencidos, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.10.2. Caso seja constatado que o Fornecedor esteja em situação de irregularidade perante o CADIN estadual, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

9.10.3. Os prazos referidos neste item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, a critério da Administração.

9.10.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará à Controladoria-Geral do Estado a inadimplência do Fornecedor.

9.10.5. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo a ser instaurado.

9.10.6. Havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, se o Fornecedor não regularizar sua situação no CADFOR e/ou no CADIN, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

9.11. O Gestor do Contrato deverá disponibilizar a nota fiscal, com seu respectivo atesto, ao setor financeiro, em até 5 (cinco) dias após o atesto.

Liquidação da Despesa

9.12. O registro da liquidação da despesa no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SIOFINET deverá ser realizado pelo setor financeiro em até 15 (quinze) dias após o atesto da execução do objeto.

9.13. Para fins de liquidação, o setor financeiro deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.13.1. o prazo de validade e a data da emissão;

9.13.2. os dados do contrato e do órgão ou entidade da Administração;

9.13.3. o período respectivo de execução do contrato;

9.13.4. o valor a pagar; e

9.13.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Prazo de Pagamento

9.14. O pagamento será realizado de forma Pontualmente, de acordo com a frequência de emissão da Ordem de Serviço/Fornecimento, no valor proporcional aos quantitativos demandados e efetivamente executados no período.

9.15. O pagamento do objeto deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o atesto da nota fiscal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, nos termos deste Tópico, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto estadual nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

9.16. A nota fiscal deverá ser emitida pela Licitante vencedora até o 5º dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

9.17. A Administração somente efetuará o pagamento à proponente vencedora referente às Notas Fiscais ou documento de cobrança equivalente, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

9.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Fornecedor.

9.18.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.18.2. Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a constatação de irregularidade no pagamento das verbas trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS não impede o ingresso do crédito na ordem cronológica de exigibilidade, e a unidade contratante pode reter parte do montante devido ao Fornecedor, limitada a retenção ao valor do débito verificado.

9.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.19.1. A Contratante, ao efetuar o pagamento à Contratada, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

9.20. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei complementar.

Reajuste em caso de atraso no pagamento

9.21. Ocorrendo atraso no pagamento em que o Fornecedor não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Do reajuste do contrato

9.22. Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado. Após este período será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

Tópico 10 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

| | |
|---|---|
| 10.1. Critério de Julgamento | Menor Preço |
| 10.2. Forma de adjudicação | Por Item |
| 10.3. Participação de empresas reunidas em consórcio | não é admitida a participação de empresas reunidas em consórcio |
| 10.4. Prazo de validade das propostas | 90 dias |

10.5. Na presente contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, em observância à Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais dispositivos legais aplicáveis.

10.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de até 5 (cinco dias úteis), prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.7. A não-regularização da documentação no prazo acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os Fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.8. Por se tratar de prestação de serviços, a legislação faculta ao administrador público realizar a reserva de cotas a tais empresas. É o que se encontra no Despacho nº 103/2019-GAB da Procuradoria-Geral do Estado: "Com efeito, numa interpretação teleológica dos arts. 48, III, da LC nº 123/2006 e 9º da Lei estadual nº17.928/2012, é possível chegar à compreensão de que, nos processos de aquisição de bens de natureza divisível, reside a obrigatoriedade de reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) às indigitadas categorias de empresas quando da participação destas em licitações; a contrario sensu é a faculdade da adoção de tal medida nos casos em que a contratação objetivar a prestação de serviço." Portanto, não haverá disputa exclusiva ou reserva de cota de 25%".

Exigências de habilitação

10.9. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás – CADFOR, conforme orientações gerais disponíveis no link: <https://sislog.go.gov.br/>.

10.10. Além da documentação prevista para homologação do cadastro do fornecedor, para fins de comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, é exigido o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

10.10.1. A regular situação financeira será comprovada através dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um);

10.10.1.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) ou Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% da contratação.

10.10.1.2. A exigência de até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação está amparada no § 4º, art. 69 da Lei nº 14.133/2021, em que poderá ser exigida da empresa licitante capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. Contudo, para esta contratação, o percentual acima visa dar segurança à Administração de que a futura contratada possui condições econômico-financeiras mínimas para execução desse objeto.

10.10.1.3. A qualificação econômico-financeira constitui um requisito fundamental nos processos de contratação, assegurando que as empresas participantes possuam capacidade adequada para honrar suas obrigações financeiras durante a execução do contrato. Os índices contábeis exigidos são instrumentos reconhecidos para avaliar a saúde financeira de uma organização, refletindo sua capacidade de arcar com compromissos de curto e longo prazo.

10.10.1.4. Especificamente, o índice de solvência geral é utilizado para aferir a solidez financeira da empresa, mensurando a proporção entre o total de ativos e passivos. Esse indicador permite avaliar a capacidade da contratada de suportar eventuais dificuldades financeiras, garantindo maior segurança na execução contratual.

10.10.1.5. No tocante à exigência de um percentual mínimo de 10% de patrimônio líquido, conforme disposto no subitem 10.10.1.1, este critério é justificado pela necessidade de assegurar que as empresas contratadas disponham de uma estrutura financeira compatível com as responsabilidades assumidas no âmbito do contrato. O percentual estabelecido busca mitigar riscos de inadimplência ou interrupção dos serviços, considerando-se um patamar razoável e proporcional à garantia de execução contratual sem inviabilizar a participação competitiva no certame.

10.10.1.6. A adoção desse requisito visa, portanto, resguardar o interesse público e a continuidade do objeto contratado, equilibrando a seleção de empresas economicamente saudáveis com a preservação da ampla concorrência.

10.10.2. O atendimento dos índices econômicos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, a ser apresentada pelo licitante.

10.10.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.10.4. Os documentos referidos no item 10.10. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa

jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos e deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.11. O atendimento dos índices econômicos previstos neste tópico deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.12. As microempresas ou empresas de pequeno porte, em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, ficam dispensadas do atendimento ao item 10.11. por determinação do artigo 2- A do DECRETO Nº 7.466, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011:

Art. 2º- A Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social. (Acrescido pelo Decreto nº 7.804, de 20-02-2013)

10.12.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para usufruir do benefício que dispõe o Artigo 2- A do DECRETO Nº 7.466, DE 18 DE OUTUBRO DE 2011, devem enviar Declaração de Isenção do Balanço Patrimonial, assinada pelo responsável legal da empresa ou representante com poderes outorgados para os fins de celebrar contrato, acompanhado do instrumento de procuração.

10.13. Caso no corpo das certidões exigidas não conste o seu prazo de validade, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua emissão.

10.14. Não serão admitidos balancetes ou balanços provisórios. Admitem-se balanços intermediários. As demonstrações devem ser assinadas por contador habilitado e pelo proprietário da empresa. Empresas constituídas há menos de dois anos apresentarão as demonstrações relativas ao último exercício, já as empresas recém-criadas poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.15. Deverá ser apresentado certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor. Pessoas físicas e sociedades simples, quando for o caso, deverão apresentar certidão negativa de insolvência civil.

Qualificação técnica mínima exigida

10.16. A empresa deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o Fornecedor já forneceu equipamento compatível com o licitado ou prestou serviço, de forma satisfatória.

10.16.1. O atestado deverá conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, o nome e a assinatura do responsável, a identificação do contrato extinto ou vigente de prestação de serviços OU de fornecimento de bens e a discriminação dos serviços executados OU dos bens fornecidos em volume ou quantidade.

10.16.2. Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual (is) empresa(s) filial (is).

10.16.3. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, por meio de cópia do contrato que deu suporte à contratação com o endereço atual da contratante e com o local onde foram prestados os serviços OU fornecidos os bens, entre outros documentos.

10.16.4. A aptidão técnico-operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação poderá ser demonstrada pela execução pretérita de, no mínimo, 15% (quinze por cento) do quantitativo previsto para o item.

10.16.5. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

10.17. A título de comprovação da qualificação técnica, o Fornecedor deve comprovar ainda:

10.17.1. Certificado: emitido por certificador independente, de notório reconhecimento regional ou nacional que atesta que o jornal de grande circulação, onde as publicações serão realizadas, possua tiragem diária e abrangência de distribuição em no mínimo 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado de Goiás, estes com pelo menos o mesmo percentual de participação no total da população estadual, nos termos do inciso XVI, do art. 2º, da Lei Estadual n.º 17.928/2012, in verbis:

"Art. 2º Para os fins desta Lei, adotar-se-ão as definições da legislação federal pertinente, às quais se acrescentam as seguintes:

XVI – jornal estadual de grande circulação – é o que possua tiragem diária e abrangência de distribuição em no mínimo 60% (sessenta por cento) dos municípios do Estado, estes com pelo menos o mesmo percentual de participação no total da população estadual, atestadas por certificador independente, de notório reconhecimento regional ou nacional."

Subcontratação

10.18. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Participação de Consórcios

10.19. A participação em consórcio é tratada no artigo 15 da lei 14.133/21, a qual conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou não tal condição no instrumento convocatório, desde que a opção seja justificada.

10.20. Assim, a participação de consórcios não será admitida, sendo sua vedação justificada pelos seguintes motivos principais:

10.21. O serviço contratado tem escopo claro e limitado, sendo de baixa complexidade e não exigindo a exigência de diferentes especializações ou capacidades técnicas que justifiquem a formação de consórcios.

10.21.1. A contratação de um único jornal de grande circulação já atende diretamente à necessidade da Administração, tornando o consórcio desnecessário.

10.22. O mercado de serviços de publicação geralmente é composto por empresas determinadas, capazes de atender à demanda de forma isolada.

10.22.1. A participação de consórcios neste caso pode não agregar valor ou eficiência ao contrato, além de aumentar potencialmente a complexidade administrativa na gestão do contrato.

10.23. A participação de empresas em consórcio foi considerada desnecessária e desvantajosa para esta contratação, tendo em vista a simplicidade do objeto e a ampla capacidade das empresas individualmente para atender às exigências do contrato.

Exigência de Programa de Integridade

9.24. O contratado, como condição para contratações que ultrapassem o valor de R\$ 1.430.000,00 (um milhão e quatrocentos e trinta mil reais) e o prazo do contrato seja igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, deverá apresentar Declaração informando a existência ou compromisso de implantação de programa de integridade ou compliance, em conformidade com a Lei estadual nº 20.489/2019 e com o Despacho nº 2.067/2019 - GAB (SEI nº 000010813694 – processo nº 201914304003714) da lavra da Procuradoria-Geral do Estado. Caso ainda não exista tal programa, a implementação deverá ocorrer no prazo de até 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

| Responsável | Função | Telefone | Email |
|----------------------------------|---------------------------|-----------------|-----------------------------|
| PAULO VICTOR SEIXO COSTA | Integrante Requisitante | 62 93975925 | paulo.secosta@goias.gov.br |
| DAIANE FREIRE DE OLIVEIRA PASSOS | Integrante Administrativo | 62 32018765 | daiane.passos@goias.gov.br |
| WANEISSA PEREIRA SOARES RIBEIRO | Integrante Técnico | 62 32018766 | wanessa.soares@goias.gov.br |

Versão do Doc. Padrão
0.04